

JOHN DEWEY E O EVOLUCIONISMO: CONTRIBUIÇÕES DO PRAGMATISMO PARA O ESTUDO DA AÇÃO HABILIDOSA

JOHN DEWEY AND EVOLUTIONISM: CONTRIBUTIONS OF PRAGMATISM TO THE STUDY OF ABLE ACTION

Mariana C. Broens

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília - Brasil
mbroens@uol.com.br

Adelheid M. L. Chiaradia

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília - Brasil
adelheidmaria@uol.com.br

Resumo: Neste trabalho, investigamos, num viés pragmatista, algumas teses evolucionistas e sua possível contribuição para nosso entendimento do conceito de *ação habilidosa* na Filosofia da Mente e da Ação. Em *The Influence of Darwinism on Philosophy*, John Dewey apresenta várias considerações a respeito do possível impacto do evolucionismo darwiniano na concepção de conhecimento. Primeiramente, observa Dewey que a tradição filosófica ocidental está fortemente influenciada pela intuição de que conhecer é apreender a forma imutável ou idéia de um objeto. Para Dewey, a concepção de *eidos*, que os escolásticos traduziram como *espécie*, forma permanente para além e acima do fluxo natural das coisas, se tornou o princípio central tanto do conhecimento quanto da natureza, tornando-se a própria lógica da ciência. A noção de *eidos* remete a uma doutrina metafísica muito forte na filosofia nos últimos dois mil anos: a de que há uma constância *formal* no fluxo natural das coisas que o conhecimento científico deve apreender. Segundo Dewey (1909/2009), na Biologia essa doutrina teve forte influência na noção de *espécie* como a manifestação viva de diferentes *formas de ser* que transcendem os indivíduos. A observação da permanência de traços gerais de geração em geração fortaleceu a idéia de que haveria uma essência da espécie de que o indivíduo seria apenas um portador temporário. Por isso, a simples palavra do título da obra de Darwin “origem” combinada à palavra “espécie” provoca no pensamento filosófico uma revolução que, segundo Dewey, se compara à revolução copernicana, algumas de cujas implicações procuramos investigar.

Palavras-chave: Evolucionismo. Conhecimento. Pragmatismo. Ação. Filosofia da Mente.

Abstract: Here we investigate, from a pragmatist perspective, how evolutionist theories can assist our understanding of the nature of able action within the environmental dynamic, and possible contributions to the Philosophy of Mind and of Action. In *The Influence of Darwinism on Philosophy*, John Dewey presents various considerations concerning the possible impact of Darwinian evolutionism on the concept of knowledge. Firstly, Dewey observes that the western philosophical tradition is strongly influenced by the intuition that to understand is to learn the immutable form or idea of an object. For Dewey, the concept of *eidos*, which scholars translate as *species*, permanent form above and beyond the natural flow of things, becomes the central principle of both knowledge and nature, and therefore the logic of science itself. The notion of *eidos* reflects a metaphysical doctrine highly influential in philosophy during the last two thousand years: that of a formal constancy in the natural flow of things, which scientific understanding must learn. According to Dewey, in Biology this doctrine exerted a strong influence on the notion of *species* as the living manifestation of different *ways of being* that transcend individuals. The observation of the permanency of general characteristics, from generation to generation, strengthened the notion of an essence of species, of which the individual was merely a temporary carrier. Because of this, the simple word “origin” in the title of Darwin’s work, combined with the word “species”, has provoked a revolution in philosophical thinking that, according to Dewey, is comparable to the Copernican revolution. This is because it introduces the perception that the notion of permanence of an ideal

essence is not a valid concept for an understanding of a world where species have an origin and change. The Darwinian paradigm suggests that new species emerge due to a process of natural selection. The world does not remain constant, but evolves propelled by natural forces that act continuously. New species are not especially created to occupy these new environments, but derive from others in a complex process of adaptation governed by continuous natural selection. Of all his evolutionary theories, that of natural selection was the most difficult to accept. It can be defined as non-fortuitous differential reproductive success, acting on phenotypes; in other words, acting on individuals in a manner consistent with their choices.

Key-words: Evolutionism. Knowledge. Pragmatism. Action. Philosophy of Mind.

* * *

1. A relevância do darwinismo para a Filosofia

Em sua célebre conferência *The Influence of Darwinism on Philosophy*, realizada em 1909 por ocasião da comemoração dos cinquenta anos da publicação da *Origem das Espécies*, Dewey ressalta que poucos filósofos modificaram de forma tão profunda o conceito de ciência quanto Charles Darwin e suas teorias da evolução. Dewey observa que a simples combinação das palavras *origem* e *espécie* incorpora uma revolução intelectual e traça um novo pano de fundo conceitual para a compreensão dos fenômenos naturais.

Dewey lembra que através das teorias darwinistas podemos postular que não existiu um ato único de criação das espécies, mas que sua origem deve-se a uma força da natureza, a *seleção natural*. Graças à descoberta deste e outros princípios que lhe são correlatos, podemos compreender a constituição das diferentes formas de vida relativamente às múltiplas condições ambientais e suas constantes mudanças, num constante irromper e sucumbir de espécies em um processo de transformação contínuo e incessante.

Não é tarefa fácil aceitar e compreender que estruturas extremamente delicadas, como as asas de uma libélula, ou tão complexas em sua arquitetura e funcionamento, como o sistema nervoso, ou ainda tão imbricadamente inter-relacionadas e em sintonia com as estações do ano, como o desenvolvimento das sementes, pudessem ocorrer e surgir sem a inspiração e o plano de um *designer*. O modelo proposto por Darwin de uma criação sem criador, de uma adaptação perfeita sem um molde, de um contraponto sem ponto, de surgimento de espécies novas sem saltos, de mudanças de rota sem caminhos pré-traçados ou finalidades intrínsecas representou, segundo Dewey, uma nova e verdadeira revolução copernicana na Biologia e na Filosofia. Sugerir que diferentes espécies possam ter surgido em diferentes temporalidades (sem uma finalidade explícita ou implícita prévia) e desaparecido (da mesma maneira silenciosa e “inútil”) pecava contra o dogma central da inteligibilidade, da racionalidade do mundo tal como era entendida até então. A teoria evolucionária constitui, assim, uma *nova lógica*, no sentido de oferecer um novo instrumental teórico para a compreensão dos seres vivos e do ambiente.

A teoria darwinista compõe-se de cinco teses fundamentais: (1) inconstância das espécies ou evolução propriamente dita, (2) descendência comum, (3) gradualismo, (4) multiplicação das espécies e (5) seleção natural (Mayr, 2005, 2009).

1 A evolução, também conhecida como *teoria da inconstância das espécies*, refere-se à mudança das características hereditárias de uma população de uma geração para outra. Este processo faz com que as populações de organismos mudem ao longo do tempo, pois as transformações incorporam ou excluem características decorrentes de alterações ocorridas ao

acaso nos indivíduos, ou ainda pela confluência fortuita pelo entrecruzamento dos membros da população, tornadas vantajosas ou obsoletas num mundo em constantes mudanças não cíclicas. A evolução para o cientista moderno não é mais uma teoria, mas um fato assentado sobre uma sólida base factual fornecida pelos registros fósseis em estratos geológicos precisamente datados que testemunham essas mudanças, invalidam o conceito de espécies enquanto universais, permanentes e imutáveis e servem de base para as demais teorias evolucionistas que constituem o darwinismo.

2 A tese da descendência comum defende que todas as espécies descendem de um ancestral comum. Darwin baseou seu testemunho nas diferentes espécies de tentilhões do arquipélago de Galápagos, descendentes de uma mesma espécie ancestral do continente. O termo *descendência comum* equivale à ramificação numa visão prospectiva, e como tal já era usado por Buffon (1954) para espécies muito próximas, como cavalos e asnos, sem, contudo, ser considerado como regra geral. Cada *táxon* superior seria descendente de um ancestral mais remoto ainda. Após Darwin, a busca pelo ancestral comum passou a ser um programa de pesquisa em várias áreas da biologia, como a anatomia e a embriologia comparada.

3 O gradualismo constitui a tese segundo a qual novas espécies evoluem gradualmente de espécies pré-existentes por um processo lento, comandado pela seleção dos mais aptos e que mantém as adaptações selecionadas a cada estágio. Darwin encontra uma fundamentação empírica para o gradualismo em inúmeras observações de populações naturais, como o exemplo citado dos tentilhões de Galápagos e as variações dos bicos nas diferentes espécies conforme a dieta. Além disso, outra evidência empírica é oferecida pelos processos de seleção artificial por cruzamentos promovidos por criadores de animais domésticos.

4 A tese de multiplicação das espécies foi concebida por Darwin ao considerar também uma dimensão horizontal: mudanças geológicas decorrentes de fatores naturais, tais como a erosão ou as mudanças climáticas decorrentes da latitude, significam diversificações das condições físicas e químicas do meio, com a conseqüente emergência de novos ambientes a serem povoados por espécies capazes de sustentar-se nas novas condições.

5 A tese da seleção natural, por fim, sugere que características favoráveis que são hereditárias se tornam mais comuns em gerações sucessivas de uma população de organismos que se reproduzem e que características desfavoráveis que são hereditárias tornam-se menos comuns. A seleção natural precessar-se-ia naquelas características observáveis de um organismo, de tal forma que os portadores das mais favoráveis têm mais chances de sobrevivência e reprodução do que aqueles com as menos favoráveis. Se essas características assim selecionadas apresentarem uma base genética, então a cada geração um maior número de indivíduos com a característica favorável sobreviverá, em detrimento dos menos aptos, cujo número declinará. As características originais, bem como as variações que são inadequadas dentro do ponto de vista da adaptação, deverão desaparecer conforme os descendentes que as possuem sejam substituídos pelos parentes mais bem sucedidos. Com o passar do tempo, esse processo pode resultar em adaptações que tornam os organismos especializados em ambientes particulares e, eventualmente, na emergência de novas espécies. Através de várias interações desses processos, os organismos podem desenvolver características adaptativas mais e mais complexas.

2. A lógica pré-darwinista

Dewey (1909/2009) considera que as teses defendidas por Darwin foram revolucionárias na medida em que introduzem no âmbito do vocabulário das ciências naturais noções como *acaso*, *impermanência*, *fatores relacionais* e *contextuais*, dentre outras, enquanto ferramentas de uma nova lógica na compreensão dos fenômenos naturais. Até então, os pressupostos ontológicos que direcionaram a investigação filosófico-científica concebiam a natureza como criada de acordo com o planejamento perfeito de um *designer* onisciente e onipotente. Nessa lógica pré-darwinista, *conhecer* seria descobrir os princípios imutáveis, ou leis naturais, do planejamento do mundo elaborado conforme as intenções – incompreensíveis para nós – de seu *designer*¹.

Esta lógica tem uma longa história no pensamento ocidental, sucintamente apresentada por Dewey (1909/2009). Segundo ele, para explicar os fenômenos da vida, os gregos recorreram a um princípio geral: “[...] referindo as peculiaridades de um indivíduo a um *tipo*, a uma *forma universal*” (2009, & 10, grifo nosso)². As mudanças observáveis nos seres vivos seriam indícios, nessa lógica pré-darwinista, de que cada indivíduo seria portador temporário de uma *forma universal*, *idéia* ou *espécie* concebida pelo *designer*. O ciclo comum a todos os seres vivos – nascimento, desenvolvimento e desaparecimento – seria correlato aos demais ciclos naturais, sendo o fluxo natural apenas aparente, uma vez que a repetição dos ciclos naturais seria decorrência de leis necessárias da natureza. As mudanças transcorreriam sempre de forma ordenada, cumulativa e numa mesma direção, indicando uma finalidade ou um fim completo e perfeito resultante da própria completude e perfeição do *designer*. Para Platão, por exemplo, a variedade aparentemente infundável de fenômenos naturais consistia na verdade num número pequeno de tipos naturais, *idéias* ou *formas*, cada qual formando uma classe. No interior de cada classe, tipo ou essência, encontramos a variação acidental pertencente ao plano do indivíduo. Para ilustrar tal relação, podemos recorrer a um exemplo geométrico clássico: a característica *essencial* de um triângulo consiste em ser uma figura plana cuja soma dos ângulos internos é igual a dois retos. Seja um triângulo escaleno, retângulo ou isósceles, continuará a ser um triângulo independentemente de suas variações contingentes.

Dewey ressalta que as teses centrais da lógica pré-darwinista pareciam sustentadas em dados observáveis, especialmente na constatação da transmissão de características semelhantes aos descendentes de todas as espécies conhecidas, independentemente da distância geográfica que existisse entre elas. A noção de *espécie*, nesse sentido, teria sido sugerida por Aristóteles para explicar o ciclo de transmissão estrutural e funcional dos seres vivos a seus descendentes. A *espécie* seria indicadora de uma *atividade formal* que opera por meio de séries de mudanças e as mantém num curso particular em direção a um fim; ela também confere unidade à natureza, ultrapassa limites distantes no espaço e remotos no tempo e garante o mesmo tipo uniforme de indivíduos em estrutura e função. A natureza como um todo aparece nessa lógica pré-darwinista como uma progressiva realização de propósitos estritamente comparável à realização do propósito de uma única planta ou de um único animal.

Como resultado das concepções citadas e outras a elas correlatas, a cultura ocidental produziu uma concepção de conhecimento segundo a qual *conhecer* seria apreender a

¹ Na obra *Princípios da Filosofia* Descartes apresenta uma formulação emblemática desta postura: “Qu’il ne faut pas examiner pour quelle fin Dieu a fait chaque chose, mais seulement par quel moyen il a voulu qu’ele fût produite” (1957, première partie, & 28). Esta colocação permite compreender a aliança ontológica que se estabelece entre doutrinas mecanicistas e dualistas substanciais, uma vez que a mecânica se dedicaria a investigar as causas formais e eficientes dos fenômenos naturais, deixando para a teologia a responsabilidade pelas causas finais referentes aos desígnios divinos.

² “[...] referring the peculiarities of an individual to a type, to a universal form.” (2009, & 10).

essência imutável dos seres e os princípios necessários que regulam suas relações mútuas, a despeito da aparente variabilidade e multiplicidade de suas propriedades contingentes.

Por sua vez, as leis mecânicas postuladas nos séculos XVII e XVIII permitiam produzir conhecimento no sentido apresentado no caso dos seres considerados inanimados. Parecia ser apenas uma questão de tempo até encontrar uma teoria capaz de explicar as propriedades dos seres animados nos mesmos moldes das explicações da mecânica³.

No entanto, as teorias que procuravam atender essa exigência na Biologia se depararam com fenômenos que dificultaram cada vez mais a tentativa de explicação dos seres vivos na perspectiva mecanicista. Em especial, os estudos de Abraham Trembley (McLaughlin, 1990, p. 16 e seguintes) sobre a capacidade de regeneração dos pólipos (ou *re-produção*, como se dizia na época), graças à qual o pólipo é capaz de regenerar qualquer parte que ele perca, abalaram profundamente a tese da analogia animal/máquina. Efetivamente, a regeneração da parte efetuada pelos pólipos mostrou que a parte, de algum modo, depende do todo e não o inverso. Ao contrário, quando uma parte da máquina artificial se quebra, uma mola de um relógio, por exemplo, o relógio simplesmente pára de funcionar, o que mostra a dependência do todo em relação a suas partes componentes; não é esperado que a organização interna do relógio re-produza a mola avariada.

Os abalos sofridos pela abordagem mecanicista e seu pacto de convivência pacífica com ontologias dualistas substanciais levaram a incipiente Biologia a procurar alternativas explanatórias, como o vitalismo proposto no final do século XVIII, por exemplo. Mas foi apenas na segunda metade do século XIX, que Darwin, ao publicar sua *Origem das espécies*, põe em cheque a lógica do conhecimento do mundo até então hegemônica e o faz justamente na Biologia, incluindo impiedosamente o homem: na negação de princípios de ordenação abrangente como a ação Divina, por exemplo, e na atribuição da harmonia entre populações e ambiente de ordem superior como subprodutos da causalidade de nível inferior.

A publicação do livro levantou controvérsias no mundo das ciências em geral, justamente em razão do abalo provocado à bem sucedida aliança até então existente entre as teses mecanicistas e as teológico-metafísicas. Ressalta Dewey (1909/2009) que, quando Darwin aponta fortes indícios empíricos de que os fenômenos da vida estão centrados nos princípios da transição, ele exerceu uma profunda influência sobre o pensamento ocidental, permitindo a aplicação dessa nova lógica não apenas para o entendimento da variabilidade das espécies ao longo do tempo e do espaço, mas também para o entendimento da mente, da cultura, em geral, e da moralidade, em particular.

Dewey (1909/2009) sugere que as controvérsias com os teólogos se deveram a que o abalo promovido pelas teses evolucionárias aos pilares da lógica pré-darwinista fizeram cair o edifício do conhecimento até então existente – fazendo uso aqui da metáfora arquitetônica cartesiana. Ao lado dos questionamentos acerca da transformação que as espécies sofrem no tempo e no espaço, de sua doutrina sobre o aparecimento de novas espécies e da descendência única, outra questão extremamente pertinente introduzida de forma surpreendente por Darwin na discussão da origem das espécies foi a antiga questão da *intencionalidade*.

Como vimos, a causalidade final aristotélica estava fortemente presente na lógica pré-

³ Nesse sentido, uma das principais teses mecanicistas do século XVII, adotada por vários filósofos e cientistas de então, era a célebre *analogia animal/máquina*. Por exemplo, observa Descartes nos *Princípios da Filosofia*: “Não vejo diferença alguma entre artefatos e corpos naturais, a não ser que as operações de artefatos são, em sua maioria, ocasionadas por mecanismos grandes o suficiente para que os sentidos os percebam com facilidade [...]. Além disso, a mecânica é uma divisão ou um caso especial da física, e todas as explicações que pertencem a esta pertencem também àquela; é tão natural, portanto, um relógio montado com estas ou aquelas engrenagens informar a hora, quanto uma árvore nascida desta ou daquela semente produzir o fruto adequado.”

darwinista na medida em que a noção clássica de *espécie* carrega consigo a idéia de propósito: todos os seres vivos seriam portadores de um *tipo* específico ou *essência* dirigindo os estágios de seu desenvolvimento para a realização dos fins neles inscritos desde sua criação. Visto que este princípio regulador seria um princípio não sensível, disso se seguiria, ainda segundo a lógica pré-darwinista, que se trataria de uma *força ideal* ou *racional*. A concepção central do raciocínio teleológico é que a natureza não faz nada em vão; cada coisa teria um propósito ulterior. Um ser existiria como fim da natureza quando fosse causa e efeito de si mesmo, sendo que apenas os seres vivos pareciam, até então, preencher tal condição. Esta tese teleológica é ilustrada pelo célebre exemplo da árvore que se desenvolve, de semente a planta, sendo ela causa de si mesma através dos processos metabólicos e sendo capaz de gerar sementes que re-produzirão outras árvores⁴.

Desse modo o argumento da *intencionalidade* trabalharia em duas direções: a intencionalidade responderia pela inteligibilidade da natureza possibilitando a produção do conhecimento científico, tendo uma tarefa epistêmica a desempenhar, como sugere Kant, por exemplo, mas, ao mesmo tempo, o caráter cósmico ou absoluto dessa *intencionalidade* pretende oferecer um sustentáculo à moralidade e religiosidade humanas, como propõem as teses clássicas do pensamento grego, especialmente em Platão.

3. Contribuições da abordagem pragmatista do darwinismo para a Filosofia da Mente e da Ação

Em suas críticas à lógica pré-darwinista, Dewey ressalta o vínculo conceitual existente entre concepções teleológicas na Biologia e na Filosofia da Biologia e um substrato ontológico que, em última análise, propõe o criacionismo como cosmologia. Dewey escreve, em 1909, que a Filosofia não será mais a mesma depois de Darwin, especialmente no que tange a concepção de conhecimento. Para Dewey seria apenas uma questão de tempo que se formulasse e tornasse hegemônico nas práticas científicas em geral um *novum novum organon* darwinista.

Mas ele também faz um alerta:

Finally, the new logic introduces responsibility into the intellectual life. *To idealize and rationalize the universe at large is after all a confession of inability to master the course of things that specially concerns us.* As long as mankind suffered from this impotency, it naturally shifted a burden of responsibility *that it could not carry over to the more competent shoulders of the transcendent cause.* But if insight into specific conditions of value and into specific consequences of ideas is possible, philosophy must in time become a method of locating and interpreting the more serious of the conflicts that occur in life, and a method of projecting ways for dealing with them: a method of moral and political diagnosis and prognosis (2009, § 23, grifos nossos.)

Um dos temas centrais na investigação sobre a natureza da mente e da ação na Filosofia da Mente gira em torno do conceito de *intencionalidade*, especialmente nos trabalhos de John Searle (1983 e 1992) e Daniel Dennet (1996). Em sua versão contemporânea, o conceito de *intencionalidade* está presente no debate em torno da natureza da mente, dizendo respeito a aspectos considerados emblemáticos da vida mental humana, tais como crenças, desejos e intenções propriamente ditas. Esclarecem Milidoni & Broens que:

⁴ A formulação destas teses se encontra brilhantemente exposta na segunda parte da *Crítica da capacidade de julgar* de Emmanuel Kant, na qual ele procura responder a difícil pergunta de como a ciência pode auxiliar na compreensão dos organismos. Uma análise do conceito de *organização* é central para sua argumentação (cf. Kant, 2008, 2ª. Parte, § 65).

[...] o sentido em que Searle [e os filósofos da mente em geral] utiliza o vocábulo ‘intencionalidade’ não é o sentido que ele tem para o senso comum, como, por exemplo, em “ter a intenção de alcançar uma meta”. O sentido técnico que em parte Searle resgatou de seu criador, o filósofo e psicólogo vienense Franz Brentano, significa meramente *direcionalidade*, relacionalidade da mente com um objeto. (2007, p. 139).

Haveria, segundo Searle (1983 e 1992), uma relação entre as atividades cognitivas consideradas de alto nível, como a capacidade de produzir conceitos, por exemplo, e as práticas discursivas ou, como ele as designa na esteira de Austin, os *atos de fala*. Já nas páginas iniciais de sua obra intitulada, precisamente, *Intencionalidade*, Searle defende que a teoria contextualista dos atos da fala fornece um instrumental analítico fundamental para a compreensão da mente na medida em que os processos mentais parecem indissociáveis dos processos lingüísticos: do mesmo modo que uma das principais características da fala humana é sua relação com objetos do mundo – fala-se sempre *de* algo –, a consciência, na esteira da fenomenologia, é igualmente consciência *de* algo. Essa direcionalidade presente tanto na consciência quanto no discurso (somada à convicção de que a mesma instância biológica, o cérebro, é o substrato da mente e da linguagem) reaviva a noção de Intencionalidade (agora com maiúscula para distingui-la do sentido comum do termo) nas abordagens contemporâneas dos processos cognitivos.

Nesse sentido, Searle parece estar revitalizando teses essencialistas vinculadas à teleologia característica da lógica pré-darwinista ao defender, por exemplo, uma concepção de subjetividade (para ele típica dos seres humanos) associada a uma mente *Intencional*.

Modelos mecânicos de mente, como os propostos pelas pesquisas da Inteligência Artificial, teriam, na melhor das hipóteses uma Intencionalidade derivada daquela própria dos idealizadores dos modelos ou *designers*.

Um outro filósofo da mente contemporâneo, Daniel Dennett (1996), por sua vez, considera relevante utilizar o vocabulário Intencional, preservando, por isso, uma certa teleologia na investigação dos fenômenos mentais. Mas, diferentemente de Searle e por adotar uma perspectiva evolucionária, ele entende que a Intencionalidade característica de alguns seres vivos (aqueles que, como os humanos, são dotados de capacidades lingüísticas) foi construída ao longo dos processos evolucionários que partiram das primeiras proto-moléculas de carbono capazes de auto-replicar-se, passando pelo desenvolvimento dos primeiros seres unicelulares e sua gradativa complexificação até os seres humanos. Desse modo, entende Dennett que, a rigor, não haveria propriamente uma Intencionalidade originária, sendo a Intencionalidade típica dos processos conscientes, segundo ele, derivada de nossos ancestrais evolucionários. Em outras palavras, Dennett, assim como Kant antes dele, ressalta o papel epistêmico do vocabulário teleológico-Intencional como ferramenta útil para a compreensão de características dos organismos, tais como os processos mentais.

No entanto, como observam Broens & Gonzalez (2006), um primeiro problema da associação de processos mentais Intencionais às capacidades lingüísticas é excluir do âmbito mental todos os seres que aparentemente não possuem tais capacidades. Não há muito espaço, nesta abordagem Intencionalista da Filosofia da Mente e da Ação, para formas de conhecimento não proposicionais, isto é, para o tipo de conhecimento intrínseco a ações habilidosas praticadas por muitas espécies animais (e não apenas o ser humano)⁵.

⁵ Exemplos de ações habilidosas associadas ao uso de ferramentas podem ser encontrados não apenas em outros primatas, nossos mais próximos parentes evolucionários, como o célebre exemplo do uso de pedras por

Diante deste problema, podemos perguntar: será mesmo necessário preservar abordagens teleológicas em nossas ferramentas explanatórias da Filosofia da Mente e da Ação? Como observa Dewey: “Old ideas give way slowly; for they are more than abstract logical forms and categories. *They are habits, predispositions, deeply ingrained attitudes of aversion and preference* (2009, § 26, grifo nosso).

Em suma, entendemos que uma forte contribuição que o pragmatismo de Dewey oferece às pesquisas na Filosofia da Mente e da Ação é um convite a reavaliar essa noção de Intencionalidade, por ela estar comprometida com uma visão de mundo ao que tudo indica incompatível com a lógica evolucionária.

Nesse sentido, entendemos que a contemporânea Filosofia da Mente e da Ação tem muito a aprender com a abordagem pragmatista de Dewey, especialmente no que se refere a concepções de *ação* e sua relação com processos cognitivos que levem em consideração não apenas as teses evolucionistas de Darwin – como faz Dennett, por exemplo – mas principalmente que incorporem efetivamente a *nova lógica* imbricada nessas teses.

* * *

Referências bibliográficas

- BROENS, M. C. & GONZALEZ, M. E. Q. “Um estudo do conhecimento não proposicional no contexto da Cognição Incorporada e Situada”. *Manuscrito* (UNICAMP), v. 29, p. 729-751, 2006.
- BUFFON, G. L. Comte de, *Oeuvres Philosophiques*, Paris: Presses Universitaires de France, 1954. (ed. Jean Piveteau).
- DENNETT, D. *Kinds of Mind*. New York: Basic Books, 1996.
- _____. *A Perigosa Idéia de Darwin – a evolução e os significados da vida*. Trad. Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- DESCARTES, R. *Oeuvres de Descartes*. Edição Ch. Adam e P. Tannery. XI v. Paris. J. Vrin, 1957.
- DEWEY, J. *The Influence of Darwin on Philosophy* (1909). Disponível em: http://www.brocku.ca/MeadProject/Dewey/Dewey_1910b/Dewey_1910_toc.html. Acesso em 17/07/2009.
- _____. *Experience and Nature*. New York: Dover Publications, Inc., 1958.
- _____. *Democracia e Educação: introdução à filosofia da educação*. 3. ed. Tradução Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1959.
- KANT, E. *Crítica da Capacidade de Juízo*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- MAYR, E. *Biologia, Ciência Única*. Trad. Marcelo Leite. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *O Que é a Evolução*. Trad. Ronaldo Sérgio de Biasi e Sergio Coutinho de Biasi. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- McLAUGHLIN, P. *Kant's Critique of Teleology in Biological Explanation: antinomy and teleology*. Lewiston – New York: Edwin Mellen Press, 1990.
- MILIDONI, C.B & BROENS, M.C. “Os estados mentais como emergentes de processos intencionais”. In: Broens, M.C., Coelho, J.G. & Gonzalez, M.E.Q. *Encontro com as Ciências Cognitivas*. v. 5. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.
- MURPHY, M. P. & O'NEILL, L. A. J. *O Que é a Vida? 50 anos depois*. Trad. Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. São Paulo: Editora da Unesp/Cambridge, 1997.
- SEARLE, J. *Intentionality*, Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

chimpanzês para quebrar nozes, mas também em aves, como os abutres egípcios, que utilizam pedras como extensões de seus bicos para quebrar ovos de avestruz.